



ATA N.º2/2016
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA
EM 29 ABRIL DE 2016

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, de catorze de abril do ano corrente, com a seguinte Ordem de trabalhos:

PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal;

PONTO 2 - Análise, discussão e votação do Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau para a Divisão Administrativa e Financeira - Designação do Júri de Recrutamento;

PONTO 3 - Análise, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2015/Apreciação do parecer do Auditor Externo referente ao Exercício do Ano de 2015, conforme mencionado na alínea e), n.º 2 do art.º 77º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão cumprimentando os presentes. De seguida chamou o Senhor Paulo Bito e a Senhora Maria Helena para constituírem a Mesa. Passou a palavra ao Senhor Paulo Bito para que este procedesse à chamada. Registaram-se as ausências do Senhor Fernando Pereira e da Senhora primeira Secretária Lurdes Veiga.

Também esteve ausente nesta Assembleia Municipal o Senhor Vice-Presidente, Vítor Sobral.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a constituição da Mesa era de carácter temporário em virtude da falta justificada da Senhora Lurdes Veiga e do pedido de demissão da segunda Secretária Lourdes Marinho. Nesse sentido, fez um intervalo de cinco minutos para que os grupos representados nesta Assembleia, se pudessem organizar e indicar a pessoa, que, a partir de hoje, terá assento na mesa da Assembleia substituindo a anterior segunda Secretária Lourdes Marinho. Decorrido o intervalo concedido, o Senhor Presidente da Assembleia, agradeceu o consenso obtido na pessoa apresentada, o Senhor Teófilo dos Anjos. Apesar de, a proposta ser única, o Senhor Presidente da Assembleia procedeu à votação, pelo que, foram distribuídos boletins para o respetivo voto. O Senhor Paulo Bito fez a chamada, para que cada um dos Membros pudesse descarregar o voto na urna. O Senhor Presidente da Assembleia procedeu de seguida à verificação dos resultados da votação. Dos vinte e três Membros presentes, dezassete votaram a favor e seis votaram em branco, o que permitiu dizer que a proposta obteve a maioria dos votos. Finalizada a votação o Senhor Presidente da Assembleia fez de imediato a substituição da Mesa pelo membro, que ficará como segundo Secretário.

O Senhor Norberto Vieira usou da palavra para dizer que já andava nesta casa há muitos anos e nunca lhe passara pela cabeça chegar-se a este consenso, explicando que a substituição da segunda Secretária "foi feita em cima do joelho"

e que o Senhor Presidente deveria ter convocado a Assembleia para discutirem o assunto da substituição.

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu o Senhor Norberto que registou as suas palavras, mas no entanto, não as percebeu e nem pretendia perceber. Considera que são decisões do Presidente da Assembleia, que as assume integralmente. Explicou que teve o cuidado de ler o regimento em toda a matéria que dizia respeito ao assunto em causa e aquilo que o regimento diz é exatamente a atuação que tomou, tendo inclusive o cuidado de juridicamente perceber se essa atuação era correta pelo que, estava seguro daquilo que fazia.

O Senhor Norberto Vieira frisou que quando entrou nesta casa lhe teriam dito em quem votar.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu desculpa e afirmou que o Membro da Assembleia estava a ser muito inconveniente, discutindo assuntos que nada tinham a ver com a Assembleia.

Continuou, os trabalhos analisando e discutindo a ata da reunião anterior informando que tinha recebido um *email* da Senhora Anabela Lopes para clarificar a sua intervenção, sendo aceite a sua inclusão na ata.

Inscreveram-se para discussão da ata a Senhora Lourdes Marinho e o Senhor Silva Fernandes.

Passada a palavra à Senhora Lourdes Marinho, esta alegando que a ata era da sua autoria, solicitou que lhe fosse mostrada a alteração que a Senhora Anabela pretendia.

O Senhor Silva Fernandes cumprimentou os presentes questionando se o documento que a ata refere na página três já está elaborado, para ser entregue à Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que o referido documento vai ser apresentado pelo Senhor Teófilo dos Anjos, representante do grupo do Conselho Nacional de Educação.

O Senhor Silva Fernandes transmitiu a sua intenção de apresentar uma proposta, mas que não tinha nada a ver com a ata em si.

A Senhora Maria Helena a pedido do Senhor Presidente da Assembleia leu o *email* da Senhora Anabela Lopes.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Lourdes Marinho. Esta referiu que realmente era uma questão de português e sendo uma ata, teve de resumir a intervenção, alegando ainda que, por mais atenção que se tenha, é difícil transcrever com total rigor, de áudio para texto escrito aquilo que cada um pretende transmitir.

A Senhora Anabela Lopes explicou que só fez esta redação, porque realmente quem lesse a ata não entendia o que lá está escrito. Não tem a pretensão de corrigir, nem acrescentar nada. Pareceu-lhe que não estava bem perceptível o que pretendia transmitir, por isso, quis apenas expor melhor a sua opinião mas, entende que não acrescentou nada nem aumentou pormenores, só procurou ordenar melhor as suas palavras.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a ata a votação, sendo aprovada por maioria com a abstenção do Senhor José Balça por não ter estado presente na reunião.

Em seguida, o Senhor Silva Fernandes usou a palavra para apresentar uma proposta que, entendia estar na sequência do que se vinha a discutir. Referiu a dificuldade que ele próprio tem em recordar os termos usados nas suas intervenções e por isso, sugeriu o envio da ata no mês seguinte, após a reunião da Assembleia, apresentando a seguinte proposta:

“

Considerando que as sessões ordinárias da Assembleia Municipal se realizam no final dos meses de fevereiro, abril, junho, setembro e novembro/dezembro, com um período de tempo entre elas de cerca de dois meses.

Considerando que esse período de tempo é demasiado longo, para cada um reter o conteúdo preciso das diversas intervenções.

Considerando que o envio da ata e cada uma das sessões, juntamente com a convocatória e documentação de suporte para a próxima reunião acarreta uma sobrecarga de trabalho para os funcionários.

Entendemos que o trabalho poderá ser facilitado e distribuído no tempo, com um eventual pequeno aumento de custo na expedição de correio, mas com vantagem para os funcionários e para os membros desta Assembleia, que disporiam de mais tempo e tranquilidade para uma leitura atenta, com possibilidade de solicitar as correções que entendessem, evitando ocupação de tempo no dia da sessão da Assembleia.

Assim, propomos que a ata de cada uma das Assembleias, seja enviada aos seus membros até aos trinta dias subsequente à realização da sessão.

”

Alberto Júlio da Silva Fernandes

O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra para fazer uma contraproposta, dizendo que já muitos Municípios utilizam esse sistema, não havendo, dessa forma, falha na interpretação, que é a transcrição da audição.

A Senhora Lourdes Marinho achou deselegante a proposta do Senhor Presidente da Assembleia, considerando que, uma pessoa quando fala não se preocupa com a pontuação e sabendo a dificuldade que é passar da audição para um texto legível. Esclareceu que, quando tinha dificuldade em transcrever tinha o cuidado de pôr o texto entre aspas para ser fiel à pessoa e mesmo assim há sempre correções a fazer. Fazer a transcrição da audição é na sua opinião um erro grave. O Senhor Presidente da Assembleia respondendo à Senhora Lourdes Marinho, disse que grave era o que ela acabara de dizer “que é uma deselegância”. Estando a julgar pessoas e atos, sublinhou que era apenas uma proposta e “as propostas valem o que valem”, fez a proposta da mesma maneira que o Senhor Silva Fernandes fizera a sua.

O Senhor Sebastião Mesquita interveio dizendo que a ata é um resumo, não o sendo, torna-se extensa e chamou a atenção para uma proposta, aqui aprovada, em Assembleia, há dois anos, para as reuniões serem gravadas e transmitidas. Considera que isso era o que devia ser feito.

A Senhora Marcolina Sequeira cumprimentou os presentes. Pediu desculpa ao Senhor Teófilo Anjos, por aquilo que ia dizer. Em vez de terem apresentado propostas, sugeriu que podiam ter perguntado, se alguém se disponibilizava para o lugar da segunda Secretária, já que umas pessoas têm mais facilidade em fazer uma ata, do que outras, sem querer menosprezar ninguém.

O Senhor Presidente da Assembleia disse confiar nos serviços técnicos para produção do documento. Retiraria a sua proposta, ficando a proposta do Senhor Silva Fernandes à consideração da Mesa.

O Senhor Paulo Bitto cumprimentando a Mesa, o Executivo, Membros e público, começou por questionar se a possibilidade dos trinta dias posteriores seria tecnicamente exequível para quem lavra as atas, porque estas são extensas requerendo muita atenção, possivelmente um recurso humano afeto.

Passada a palavra à Senhora Lourdes Marinho esta respondeu diretamente ao Senhor Paulo Bitto dizendo que era muito útil a receção dos documentos mais cedo, mas que, um mês era impossível e afirmou o seguinte: "A Carla passa da audição para o papel, quem faz o resto sou eu e mais ninguém da Mesa, o Senhor Presidente simplesmente a lê no fim". Esclareceu que a palavra deselegante não foi para o Senhor Presidente da Assembleia, mas sim para quem fala, porque quem está a fazer uma intervenção, fala de maneira fluente, não estando com preocupações em relação à construção frásica e à pontuação.

O Senhor António Froufe pediu a palavra para reforçar que a ata é apenas um resumo, não se podendo expor tudo o que dizem. Para quem tiver dúvidas a audição fica guardada como garantia do que foi dito.

O Senhor Silva Fernandes perguntou qual o seguimento à proposta por si apresentada.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que seria posta à consideração da Mesa. Acrescentou que, para um grupo restrito, de duas ou três pessoas, a proposta era boa. Com vinte e seis Membros, se cada um deles retificasse as suas intervenções, seriam necessários dois ou três meses para conclusão da ata, mas, se o Senhor Silva Fernandes o entendesse a proposta seria colocada a votação.

O Senhor Silva Fernandes questionou se a sua proposta era possível.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que não era possível a ata estar concluída trinta dias após a reunião.

Continuou os trabalhos dando a conhecer a correspondência recebida. Começou por referir que, por parte da Assembleia Municipal de Viseu foi recebida a intenção do Centro Hospitalar de Tondela possuir um Centro de Oncologia associado pelo que pediam tomada de posição da Assembleia Municipal de São João da Pesqueira. Colocada à consideração a missiva foi aceite.

Foi recebida também, a homologação da conta relativa ao Exercício de dois mil e treze com as respetivas recomendações do Tribunal de Contas que se encontra em anexo a esta ata. Por fim, comunicou que a restante correspondência era relativa a informações e convites para participar em atividades.

Questionou se algum representante de grupos tinha algo de relevante a dizer.

Tomou a palavra o Senhor Silva Fernandes como representante na CIMDouro, para informar que tivera uma reunião no dia vinte e seis de abril em Freixo de Espada à Cinta. Começou por referir que a receção à Assembleia Intermunicipal foi excelente. A Senhora Presidente da Câmara teve a amabilidade de proporcionar uma boa receção, de estar presente desde o início e saudar os Membros da CIMDouro. O resumo desta reunião encontra-se em anexo.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que esteve ausente nessa reunião para preparar os materiais na Escola Profissional, porque fora informado de uma inspeção por parte da Inspeção Geral da Educação e Ciência.

Passada a palavra ao Senhor Teófilo Anjos, este comunicou que se realizara no dia 27 de abril a reunião do Conselho Nacional de Educação com um único ponto da Ordem de Trabalhos "A Toxicoddependência na Comunidade Educativa e no nosso concelho". As drogas e o álcool fazem parte da vida dos jovens do nosso concelho e nessa reunião foi aprovada por unanimidade uma missiva para conhecimento da Assembleia Municipal que se encontra em anexo a esta ata.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a aprovação, o envio da missiva para conhecimento às seguintes entidades: Ministério da Administração Interna, Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Comando Nacional da GNR, Destacamento Territorial de Moimenta da Beira, Comando da PSP, ARS Norte, Centro de Respostas de Vila Real, Juntas de Freguesias e Associação de Pais. Aprovado por unanimidade o envio da missiva.



Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia aceitou inscrições de intervenientes para este período.

Passou a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita que depois de cumprimentar os presentes, comunicou à pessoa responsável pelo desporto escolar que o pavilhão "tem um dono". Os alunos participam numa determinada atividade, a gala, têm estruturas para treinar e não são corretamente utilizadas, já que os "miúdos" chegam ao pavilhão para treinar, e mesmo estando vazio, são mandados embora pelo funcionário. Referiu a questão da criação da Nova Associação, Promopesqueira, a qual, até ao momento, não tem escritura nenhuma, "estiveram-nos aqui a pressionar trouxeram o assunto em cima do joelho e afinal não há tanta necessidade como isso, a realidade é esta". Falou num festival que a Esprodouro organizou em dois mil e quinze, Douro Sounds, referindo que se falara no facebook que teriam gasto cerca de quarenta mil euros. Acrescentou que, para este ano, dois mil e dezasseis, já se fala no festival com a atuação do Quim Barreiros, deixando a pergunta: "A Esprodouro está assim tão mal?" Relativamente aos ciganos em Castanheiro do Sul, sabe da eletrificação das barracas, da colocação da água e da mudança destes para um terreno, questionando a quem pertence o terreno, se particular, se da Câmara. Não tendo nada contra os ciganos, alerta a Câmara para salvaguardar o Património, "se os ciganos estão cá recenseados acho bem, pelo menos são votos que são salvaguardados." Sentiu-se satisfeito ao ouvir a carta rececionada pelo Tribunal de Contas, porque essa chamada de atenção já tinha sido debatida em várias reuniões, estando o assunto escrito em atas. Falou de um julgamento em Viseu, muito polémico, o qual andou mais de dois meses a passar na rádio, acerca de um aumento de salário de um funcionário do Município, e este, sentindo-se difamado processou duas pessoas, "o tribunal pronunciou-se, está aqui o desfecho, o fim do caso é só para dar conhecimento".

Passada a palavra à Senhora Lourdes Marinho, esta explica o motivo que a levou a pedir a sua demissão, informando que tem dois doentes em casa e agora também ela estaria a ficar doente. Para a elaboração da ata, precisa de muitas horas de atenção e trabalho, não se sentindo com força para continuar, na função de segunda Secretária. Saudou o Senhor Teófilo dos Anjos pela eleição dizendo que trabalhara com ele seis anos na Comissão e conhece-o como bom colaborador, alertando-o que irá ter dificuldades em elaborar as atas, assim como ela as teve. Continuou a sua intervenção, que se passa a transcrever, recordando abril:

"Recordar o 25 de abril é normal fazer-se reportando-nos à data real 25/04/1974. Hoje vou fazê-lo de uma forma diferente – ver o 25 de abril passado um ano, por isso de 2015 a 2016.

Neste ano de democracia conquistada em 1974, que vimos, ouvimos ou lemos na Comunicação Social?

Falar em evasão fiscal e corrupção, precisando os seus intervenientes de paraísos fiscais, para ocultação de fortunas sugadas à riqueza dos países, ao submundo do narcotráfico, jogo clandestino e exploração de toda a ordem, estimando-se que cerca de três milhões de euros saem, por dia, de Portugal, para offshore;

Os poderosos ditam a sua lei, porque é essa a sua conveniência e lutar contra esta aliança, não é fácil;

Fugas de informação. Os próprios jornalistas têm de denunciar as práticas ilícitas de cidadãos cheios de virtudes públicas, mas asfixiados por vícios privados. Por



vezes, optam por ficar à margem com as informações que vão tendo, porque não importa denunciar;

O que os mais ricos recusam pagar, é um encargo para aqueles que não têm como ocultar os rendimentos que auferem;

A prisão de investigadores da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de estupefacientes;

Professora doente oncológica agredida por alunas;

Pessoa que bebe em demasia para ganhar coragem para suicidar quatro pessoas;

Em 2014 saíram do País 110 mil cidadãos, dos quais, só para o Reino Unido, um terço são diplomados;

O Presidente da EDP ganha num ano, o equivalente a 283 anos de salário que um operário conseguirá receber;

Onde, num só distrito português, são sinalizadas à Comissão de Proteção, dez crianças por semana;

Câmaras que mantêm refeições, em férias, aos alunos;

O sistema financeiro está inundado de crédito mal parado, de difícil cobrança, no geral de grandes devedores, transformando-se num obstáculo ao crescimento e à criação de emprego;

A crise dos refugiados e os 700 milhões de euros que a Europa disponibiliza a quem os quiser.

Foi assim este ano. Há culpa de todos: do Parlamento a quem compete apurar as responsabilidades políticas, da Justiça, que tem de investigar e julgar os criminosos. Da supervisão bancária e também à Troika que andou por cá três anos, em operações de limpeza sobre rendimentos do trabalho, fazendo vista grossa aos desmandos da Banca.

O que nos resta desde discurso refletivo?

A inovação do relacionamento da Presidência da República com os Portugueses, que valoriza a estabilidade, distribuindo afetos extensíveis a muitos que não votaram nele.

Pretende criar consensos, não abrindo fissuras.

Está a aproximar-se dos cidadãos, provando que ser Presidente da República, não o incompatibiliza de ser popular, mas isso só não chega. Terá que ser também aquilo que dele se espera.

Parafraseando-o no seu discurso do 25 de Abril dirigindo-se a quem não concorda deve "contestar com firmeza, mas com a noção de que o tempo não muda convicções, mas pode alterar ou condicionar soluções".

Aos governantes pediu que o façam " com voluntarismo, mas com especial atenção a que o possível, seja suficiente".

Mesmo assim continuo a ter esperança nas conquistas de abril, porque comungo da ideia de haver assuntos onde o entendimento é possível, mesmo que indesejável e os afetos unem, ainda que na diversidade.

Celebrar abril é recordar que a liberdade é uma conquista constante.

Não é uma data, uma política ou uma história. É uma responsabilidade que a cada um de nós foi aberta e, diariamente nos entregam.

"

Maria de Lourdes Marinho Costa



“

Abril mês de reflexão sobre a prevenção dos maus tratos a crianças e jovens.

Faço esta intervenção, por entender que a Assembleia Municipal, independentemente de quem chame este caso, à reflexão pública, deva também marcar este mês, como Órgão com responsabilidade na educação e proteção das suas crianças/jovens.

Venho frisar um tema muito decorrente e pouco visível – o bullying e cyberbullying. Digo invisível para quase todos, por ser muito íntimo, ameaçador e que a vítima evita denunciar. Mais grave ainda é que também se torna invisível para o Estado. Não há dados estatísticos oficiais sobre este problema. As humilhações e agressões deste tipo não têm tratamento especial, por parte da Direção Geral de Estabelecimentos Escolares. Estão incluídos nos números da violência, falhas de comportamento e indisciplina, comunicados pela Escola ao Ministério da Educação.

Este problema não sai dos portões da Escola que quase sempre tenta resolvê-los, chamando as partes – agressor e ofendido – procurando fazer-lhes ver que erraram, dependendo a mediação da preparação ou sensibilidade do diretor da Escola. Nota-se uma falta de estratégia de âmbito nacional, mesmo havendo estudos que revelam uma percentagem de 33% de bullying entre os jovens.

O cyberbullying tem contornos gravíssimos, por ser uma agressão mais ultrajante pela divulgação pública de textos, imagens e áudio, desacreditando as vítimas, ameaçando-as e perseguindo-as. São pessoas desprevenidas que se expõem demasiado, desvalorizando os perigos on-line, mas que atingem 10% dos jovens.

A maioria destas perseguições começa entre colegas que usam as redes sociais para inferiorizar, ameaçar e torturar psicologicamente.

O agressor tem como motivação ver os outros sofrer, experimentando as vítimas para ver como é, caracterizando-se por pessoas com muito tempo livre, distúrbios psicológicos e má formação cívica.

Jovens com características da inibição e de exteriorização veem na Internet o melhor veículo para combater essa sua maneira de ser, criando-lhes uma ilusão de proximidade e privacidade irreais, publicando por impulso a sua personalidade e pequenos nada que se transformam em gravíssimos problemas e, em tempo real, se espalha em segundos, à escala planetária.

Temos o dever de contribuir no combate a estes flagelos.

”

Maria de Lourdes Marinho Costa

O Senhor Norberto Vieira após cumprimentar os presentes fez referência ao assunto discutido na anterior reunião de Assembleia. Diz ter consigo os Estatutos e ainda não percebeu como é que vão entrar os cinquenta por cento da Caixa Agrícola na nova Associação, como é que o dinheiro entra e sai. Também não entendera, como se criara uma nova Associação com uma morada que está ocupada, funcionando lá a Escola Profissional, Esprodouro.

A Senhora Marcolina Sequeira disse ter notado a ausência do Vice-Presidente, Senhor Vítor Sobral, achando, por bem, dizerem o porquê da sua ausência. Alertou, novamente para o estado degradável que estão as bermas na estrada de Soutelo, estando todas cheias de entulho. Informou que quando chove, a água vem toda para a estrada trazendo o entulho. Deviam apostar mais na prevenção

das bermas, porque tem chovido imenso, para mais tarde não haver o problema da falta de dinheiro para reparação das estradas, como se fizera há pouco tempo na estrada de Nagoselo, já que as candidaturas não estão tão acessíveis.

O Senhor Vitor Monteiro cumprimentou a Mesa, o Executivo e os Membros da Assembleia. Homenageou e recordou o 25 de abril num texto de autoria de Manuel Alegre que se passa a transcrever:

ABRIL DE SIM ABRIL DE NÃO

Eu vi Abril por fora e Abril por dentro
vi o Abril que foi e o Abril de agora
eu vi Abril em festa e Abril lamento
Abril como quem ri como quem chora.

Eu vi chorar Abril e Abril partir
vi o Abril de sim e Abril de não
Abril que já não é Abril por vir
e como tudo o mais contradição.

Vi o Abril que ganha e Abril que perde
Abril que foi Abril e o que não foi
eu vi Abril de ser e de não ser.

Abril de Abril vestido (Abril tão verde)
Abril de Abril despido (Abril que dói)
Abril já feito. E ainda por fazer.

In Manuel Alegre

Viva o 25 de abril,
Viva Portugal,
Viva S. João da Pesqueira.

Vítor Monteiro

Passada a palavra ao Senhor Silva Fernandes disse que não era intenção manifestar-se, mas que a intervenção do Senhor Norberto Vieira o obrigara a dizer duas coisas, que na última reunião saíra dela "fortemente incomodado por aquela trapalhada" enviando um email às quatro pessoas mais intervenientes a este problema. Ouviu o Senhor Norberto Vieira e verificara que a "trapalhada" continuou, parecendo-lhe que não estiveram bem na atuação, ao terem de decidir rapidamente precipitaram-se, ficando com uma situação que lhe pareceu não ter boa resolução. Prosseguiu a sua intervenção falando do ranking das escolas do ano de dois mil e quinze, no distrito de Viseu. Notou que a nível nacional a escola básica de São João da Pesqueira melhorou trinta e três posições relativamente ao ano de dois mil e catorze, estando a ocupar a posição quinhentos e dez. No distrito ocupa a vigésima sexta posição em vinte e nove escolas, continuando nos últimos lugares, quer a nível distrital, quer a nível nacional situando-se na posição novecentos e cinquenta e quatro, melhorando relativamente ao ano de dois mil e catorze cento e dezanove posições. Frisou que a Escola de São João da Pesqueira está entre as piores no sexto ano e Paredes da Beira no quarto ano. Também em relação aos estudos, ficou surpreso com os



resultados, já que, estes dizem que quarenta e sete por cento dos alunos de São João da Pesqueira são carenciados.

O Senhor José Balça interveio cumprimentando os presentes. Disse ter visto a estrada de Várzeas já reparada e questionou o Senhor Presidente da Câmara quanto às responsabilidades do empreiteiro, já que tinha sido feita uma intervenção anteriormente. Falou também sobre o ranking das Escolas preocupando-o a posição da escola de Paredes da Beira, que é para onde vão os meninos da sua freguesia. Alertou para saberem os porquês desta classificação, frisando que "alguém com responsabilidades para tal andou distraído, os políticos ou alguém que tinha responsabilidade aqui na área da Escola".

Passada a palavra ao Senhor Joaquim Monteiro, este depois de cumprimentar os presentes, disse que não iria de novo reivindicar aquilo que não foi feito na sua freguesia, já que, o tem vindo a fazer em quase todas as assembleias, havendo disso, registos nas atas, mas ia falar noutro assunto, que lhe trouxe alguns dissabores, o estado degradado de um caminho na sua freguesia. Caminho considerado em circuito turístico, Canelha, Roriz, Rio, Pessegueiro voltando à Canelha. Todo o percurso está num estado caótico. Na sua última intervenção, feita o ano passado, procurou saber se a Câmara tapava os buracos por causa da vindima, recebera a resposta que não era possível. Como alternativa alguns dias depois andaram lá a espalhar saibro. Agora, estão lá outra vez os buracos, uma lástima. Por causa desse caminho disse ter sido vítima de injúrias no facebook, mas não devia ter sido ele o destinatário das injúrias, deviam ter sido aqueles que prometem e nada fazem. O caminho é um circuito turístico que se está a degradar por não ser opção da Câmara. Referiu ao Senhor Presidente que os Ervedosenses o elegeram, não admitindo que atrás dele vá alguém e mande fazer obras. Explicou que na sua freguesia caíram uma série de muros, fez o levantamento e a Câmara tem conhecimento. Não havendo dinheiro para tudo, tem que se atender a prioridades e estas situações são prioritárias há muito tempo. Ficou surpreso quando veio a saber que andavam a ser feitos muros na freguesia que não estavam caídos só para alargar dez ou quinze centímetros. Gostava que estivesse presente o Doutor Vítor para lhe transmitir que é vergonhoso o que se passa. Anda há dois anos a tentar compor o telhado da escola com o Senhor Presidente da Câmara, tendo vindo a saber que o Doutor Vítor foi à escola com um "amigo" falar com as Professoras dizendo que vai fazer aquilo, que ele anda a combinar com o Senhor Presidente. Não pode aceitar que não haja dinheiro para fazer o que é necessário e haja para os amigos, vai agir em conformidade, porque possuindo experiência que tem, sabe como agir. Alertou o Senhor Presidente da Câmara para que tomasse uma atitude, pois os Presidentes de Junta têm de ser respeitados. Podem fazer tudo na sua freguesia, mas que seja avisado, podendo assim fazerem-se acompanhar ou por ele, ou por algum elemento do Executivo. Pediu para que sejam sinalizados os buracos causados pelas linhas de água, que não demorem um ano ou dois porque depois as pessoas o vêm "tratar mal no facebook". Há levantamentos feitos desde dois mil e doze. Resolveram o problema da Quinta do Pessegueiro sem ter conhecimento nenhum, nem sabe quanto se gastou e entretanto demora-se muito tempo a resolver outras situações com prioridade. "Deixo o reparo Senhor Presidente, andar sem rei nem roque é mau".

A Senhora Maria Helena cumprimentou os presentes dizendo que não devíamos refletir só em abril, por causa dos maus tratos, mas essa reflexão deve perpetuar-se no ano todo, porque quem ama cuida e protege sempre. Diz preocupar-se com todas as questões do Município nas diferentes áreas e principalmente com aquela que representa, a área da educação. Deixou o alerta para o Senhor Doutor Vítor Sobral, que tem a cargo o pelouro da Educação, relativo à forma como é feito o

transporte das crianças. Quando a carrinha de nove lugares da Câmara tem algum problema, os alunos de Vilarouco e Pereiros são transportados em dois carros, indo seis crianças dentro de um carro. Se algum dia correr mal, a responsabilidade não será do Centro Escolar. Outra questão que lhe trouxe algum desconforto foi o fato de os alunos não terem o horário de inglês preenchido desde que a Professora se foi embora. Informaram-na que a vaga já foi colocada na plataforma, mas o problema ainda não foi resolvido, sendo ela, ou assistentes operacionais a ficar com os alunos nessas horas de atividade de Enriquecimento Curricular. Alertou para que a situação fosse resolvida o mais breve possível.

O Senhor Vitor Tomé começou por cumprimentar a Mesa, o Executivo e os Membros da Assembleia. Disse nem precisar de resposta à sua intervenção, pois só ia fazer reparos. Acha que os técnicos deviam ter preparado a sala de manhã, pois cada vez que vem para uma Assembleia há sempre problemas de som. Leu o significado de Assembleia "Assembleia é um grupo de pessoas que, possuindo um interesse em comum se reúne para analisar discutir e decidir sobre determinados assuntos. Grupo de pessoas geralmente convocadas por uma imposição legal que resolve assuntos que estão sobre os seus julgamentos". Disse que lhe custa passar muito tempo a discutir "o sexo dos anjos" e não assuntos fulcrais, dando o exemplo de passaram muito tempo na discussão da ata, quando esta é o resumo da reunião e toda a gente tem a opção de fazer os reparos, não sendo necessário estar-se sempre a falar no mesmo. Às vezes os assuntos importantes por estarem cansados, não são levados em conta. Acredita que o Presidente da Assembleia deu o devido seguimento, quanto à demissão da Senhora Lourdes Marinho, não querendo repetir o que já foi dito, acha que devia ter havido alguém que se voluntariasse, alguém que, mostrasse desempenho em fazê-lo. Fez o reparo de não lhe ter chegado nada daquilo que o Senhor Sebastião Mesquita falou, de um caso em tribunal, que ia ser distribuído.

O Senhor Presidente da Assembleia disse assumir aquilo em que tem responsabilidades, concordando que relativamente ao som estiveram muito mal, que os técnicos de som devem preparar a sala com antecedência, evitando o começar tardio das reuniões de Assembleia. O pedido de demissão da Senhora Lourdes Marinho fora feito por carta. Ainda tentou saber se não havia nada a fazer para que a situação se revertesse, mas pelos motivos que a Senhora Lourdes Marinho referira, aceitou a sua demissão transmitindo-lhe, a aceitação igualmente por carta.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para esclarecer que o Doutor Vitor Sobral não esteve presente, porque estava numa reunião em Lisboa. Quanto ao desporto escolar, estranha o fato da escola não o ter informado de nada, pensa que os horários que lhe foram apresentados estejam a ser cumpridos. Estando a resolver um problema de insolvência da ASDOURO não considera a discussão da Associação uma trapalhada. A escritura já teria sido realizada, mas a pedido de documentos da Senhora notária, ainda não foi feita a doação. O problema dos ciganos já há muito que se vem protelando e agora tentou encontrar-se uma solução, deslocando-os para um espaço da Junta. As recomendações do Tribunal de Contas existem tentando que as mesmas sejam cumpridas. Sendo o assunto do julgamento um assunto pessoal não se pronunciou. Quanto à demissão da Senhora Lourdes Marinho a decisão foi da própria, foi uma opção. Respondendo ao Senhor Norberto esclareceu que a Associação foi constituída em cinquenta por cento com a Câmara e cinquenta por cento com a Caixa Agrícola. A Caixa Agrícola entrava com quatrocentos e cinquenta mil euros e a Câmara doava o Património. À Senhora Marcolina disse que os sapadores têm feito um bom trabalho, bastante aceitável, estando a tentar arranjar a criação de

uma empresa no concelho para que faça a limpeza dos caminhos, das bermas e nas estradas municipais, mas com tantos quilómetros de estrada, infelizmente não conseguem chegar a tudo. Em resposta ao Senhor António Balça referiu que o problema das escolas é uma realidade, existem carências. O que se passa dentro delas é da competência do Ministério da Educação, a Câmara dá apoio nos transportes. Quanto ao arranjo da estrada de Várzeas, este foi provisório, por causa da passagem do Douro Granfondo, estando na iminência de não passar por lá, devido ao seu aluimento. O problema já vem desde o início da construção, estando a tentar resolver-se a situação de maneira definitiva. Ao Senhor Joaquim Monteiro disse que há muitos caminhos. Estão a fazer o possível para chegar a todos, mas têm de ter prioridades. Quanto ao problema da vaga de inglês, informou a Senhora Maria Helena, que a mesma já fora colocada na plataforma, mas estão com dificuldades em arranjar um substituto.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu permissão ao Senhor Presidente da Câmara, para responder ao Senhor Sebastião Mesquita em relação ao festival Douro Sounds. Dada a permissão, começou por referir que de fato, no ano passado foi realizado um festival, Douro Sounds, não ficando, o seu custo efetivo em quarenta mil euros, mas sim em quatro mil euros. Referira que este ano haverá a continuidade do festival, mas que a presença do Quim Barreiros não será nada de extraordinário, havendo cobrança de bilhete de entrada. Os festivais são feitos essencialmente para promoção e cooptação de jovens e como se sabe o marketing fica caro.

A Senhora Maria Helena substituindo o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Norberto Vieira. Este realçou de novo, ainda não ter percebido, em relação à nova Associação, onde é que o dinheiro entra e, sai. Se a Caixa Agrícola entrou com dinheiro, ainda não lhe explicaram como o dinheiro entra nos cofres da escola. A Associação é nova, sem dívidas, com um saldo positivo e entrar o dinheiro aí, concorda, mas se for para abater dívida e ficar com saldo negativo, não concorda.

O Senhor Presidente da Câmara para responder ao Senhor Norberto informou que, a Associação, em dezoito de março, foi constituída com dois sócios, a Câmara e a Caixa de Crédito Agrícola. A Câmara entrou com o Património, o edifício da escola e que, em caso de insolvência, o Património volta para a posse de quem o doou. A Caixa Agrícola entrou com o dinheiro, de onde é que este ia ser tirado, não sabe.

O Senhor Norberto Vieira insistiu em dizer que concorda com a entrada dos quatrocentos e cinquenta mil euros na nova Associação, no entanto, faz-lhe confusão, o fato de o dinheiro entrar, se for para pagar as dívidas. Não concorda que injetem dinheiro numa coisa já falida.

Ponto 1 – Apreciação da atividade Municipal.

A Senhora Maria Helena abriu inscrições para o ponto em questão dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que se houvesse alguma dúvida, no fim explicava.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Silva Fernandes, este começou por fazer uma proposta de se juntar os pontos três e quatro num só. Não havendo nenhuma oposição os pontos uniram-se.

Dada a palavra ao Senhor António Balça, o mesmo, começou por dizer que a ETAR do Castanheiro do Sul foi a primeira a ser instalada. É bastante rudimentar e já não responde minimamente, não estando a fazer nada. Questionou o Senhor Presidente da Câmara quanto à abertura do SAP. Outros Municípios estão a tratar da sua abertura. O serviço em Moimenta da Beira não difere em nada daquele

que era feito em São João da Pesqueira e os utentes não teriam de se deslocar até lá. Congratulou-se com o arranjo de um caminho na sua freguesia, caminho esse bastante movimentado. Desejou que a participação do Município na Btravel em Espanha tenha valido a pena.

A Senhora Marcolina Sequeira referiu que na informação da Atividade Municipal a Festa dos Saberes e Sabores acolheu vinte e dois mil visitantes perguntando qual o instrumento que utilizaram para aferir esse valor. Quanto ao estudo do consumo de estupefacientes entre os jovens questionou quem o promoveu e quando ocorreu esse estudo, pois nada foi divulgado. Considera que a participação da Câmara em feiras tem a sua importância, mas que, era escusado o Município levar tantos colaboradores, nota que são mais os colaboradores que a Câmara leva do que as garrafas de vinho que lá estão expostas.

O Senhor José Manuel cumprimentou a Mesa, o Executivo, Membros da Assembleia e público. Começou a sua intervenção dizendo que, é difícil aos sapadores irem fazer trabalho na sua freguesia. Sempre que os contacta respondem-lhe que andam a fazer serviço público. Questionou se na sua freguesia, o trabalho por eles realizado, não seria serviço público também. Deu os parabéns porque o caminho na sua freguesia foi composto. Fez saber que acompanhou a participação da Câmara na BTL, viu alguns Municípios vizinhos, algumas entrevistas a Presidentes da Câmara, mas não viu o de S. João da Pesqueira. Quanto aos ciganos diz não ter contratado ninguém para lhes colocar a luz, não sabe quem a vai pagar, mas, como todos, eles irão ter contadores e arcar com as contas. Disse que para ele os ciganos são pessoas como as outras, estão recenseados no Castanheiro do Sul, são nove, seis crianças em idade escolar que merecem ter condições. Quando chegam a casa as crianças têm de fazer os trabalhos, não os poderiam fazer às escuras.

A Senhora Maria Helena quis saber mais pormenores, quanto à "caracterização de públicos estratégicos no âmbito da igualdade de género". Quis também saber, se no dia da higiene oral a atividade prevista se baseará apenas na entrega do kit oral, ou se haverá alguma atividade programada.

Passada a palavra ao Senhor Vítor Tomé, este disse que a Câmara tem um bom potencial, mas não o aproveita, deu o exemplo do Município de Penedono. Os colaboradores construíram um castelo dando bastante nas vistas. O Município de São João da Pesqueira também devia ter o cuidado de chamar a atenção pela positiva, o que, de fato, com pena, não aconteceu. Dando resposta ao Senhor António Balça disse que a participação do Município na Feira Internacional foi vergonhosa. O Município de S. João da Pesqueira expôs, na feira, somente duas qualidades de vinhos estando a ser servidos em copos de plástico. Afirmou que mais valia não terem ido. Não acredita que os produtores não quisessem dar a conhecer os seus vinhos, acredita sim, que tudo é feito "em cima do joelho", foi dinheiro do erário público gasto de uma forma vergonhosa. Ao invés de irem mostrar o concelho e o potencial do concelho e trazer visitantes até nós, foram fazer turismo. Alertou o fato de sermos o Coração do Douro Vinhateiro, e possuindo este título, situações destas não podem voltar a acontecer.

A Senhora Lourdes Marinho pediu esclarecimento sobre os objetivos da "contratualização da assistência da infraestruturas". Em relação à exposição inaugurada, gostaria de saber qual o feedback final e sobre o concurso de máscaras de Carnaval. Considera que é preciso dar valor às pessoas que as executam e não a terceiros, pois com tantos retoques as máscaras acabavam desvirtualizadas. Também disse saber que foram realizados contactos com o alto-comissário para acolhimento de refugiados. Sobre o assunto quis saber onde se irão alojar se aparecer alguém. Quanto à "Elaboração e submissão de

candidatura Plano de Ação Municipal para o PAMUS (Plano Ação Mobilidade Urbana Sustentável) ", pergunta o que visa esta candidatura. Pediu também informações sobre o resultado das reuniões de concertação, do PDM. Por fim, deixou um voto de congratulação pelo apoio que a Câmara dá ao desporto, à Equipa do Professor Peixinho. Foi ver um encontro e registou com agrado a forma como o Professor Peixinho acompanhava os miúdos, com muita dignidade, auxiliando-os até que chegam à meta.

O Senhor Joaquim Monteiro questiona a que se refere a "Assistência Técnica e Manutenção da Infraestrutura". Gostou do trabalho feito em homenagem ao Senhor João do Nascimento Costa no vigésimo aniversário do Cine Teatro, esteve presente e louva a iniciativa. Apesar de o discurso do Dr. David Carvalho ser extenso, a peça apresentada, sendo a mesma na inauguração daquele espaço, foi uma ideia excelente, dando os parabéns à organização. Na informação Municipal, está escrito, que no mês de fevereiro foi feito o levantamento topográfico dos danos causados, diz que o levantamento realmente foi feito, mas estamos a entrar em maio e ainda não viu progressos, nem acredita que na sua freguesia os caminhos sejam todos arranjados com essa candidatura.

O Senhor Paulo Bito registou o agrado da Câmara ter entregado uma viatura ao Centro de Saúde, para trabalho domiciliário.

Passada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este começou por responder ao Senhor António Balça dizendo -lhe estar a fazer o levantamento para reconstruir as ETAR's mais antigas e construir novas, onde não existam. Quanto ao Centro de Saúde e respondendo também ao Senhor Paulo Bito, esclareceu que o carro disponível no Centro de Saúde já tinha muitos quilómetros, tomando a decisão de adquirirem outro carro. O Senhor António Balça ficou a saber pelo Senhor Presidente da Câmara que o caminho do Castanheiro do Sul realmente teve de esperar seis anos. O motivo dessa demora tinha a ver com a pretensão de fazer a ligação entre Pesqueira, Tabuaço, Armamar e o nó de Valdigem. Infelizmente como ainda não se obteve *feedback* do Estado, o caminho teve de ser intervencionado. Quanto ao SAP disse depender de quem trabalha lá, para se avançar com a abertura. Concordou com o Senhor Vítor Tomé que a presença do Município não corra como esperado, mas, foi a primeira vez que o Câmara participou na Feira de Barcelona. Ao Senhor José Manuel respondeu que os sapadores têm uma carga horária, de serviço público para limpar na Serra de São Paio e na Serra dos Ervilhais, serviço que tem de ser feito, não se podendo descurar desse serviço, porque a candidatura o prevê. Também esteve presente na BTL, havendo muitas fotos divulgadas. Relativamente aos ciganos ficara combinado colocar a luz, mas teriam de falar para resolver melhor o assunto.

À Senhora Maria Helena sobre o esclarecimento pedido relativo a "caracterização de públicos estratégicos no âmbito da igualdade de género", informou que é uma candidatura para formação da igualdade de género que entendem ser mais restrito, para pessoas que estão aqui na Autarquia, estando com Tabuaço. Sobre a questão referente à saúde oral, disse que está a agilizar -se o processo para procederem, assim, à automatização desse dia.

À Senhora Lourdes Marinho esclareceu que tem estado em contacto com as Comunidades, em relação aos refugiados. Quando as Juntas de Freguesia foram contactadas sobre o assunto, o Senhor Joaquim Monteiro, presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro respondeu de forma positiva, mas questionou sobre as condições da possível vinda dos refugiados. Prestou ainda os seguintes esclarecimentos: Contratualização técnica e manutenção da infraestrutura, é uma assistência que é prestada por uma empresa para proteção de dados informáticos; as reuniões do PDM são reuniões feitas regularmente com as vinte e

duas entidades intervenientes até que à sua apresentação final; a Pamus são candidaturas que têm de ser feitas abrangendo todo o concelho. À Senhora Marcolina Sequeira sobre o número de visitantes na Feira de Saberes e Sabores, referiu que não é tanto o número que importa, mas sim, o fato de as pessoas terem gostado, registando que, quem por cá passou e esteve a vender gostou desta iniciativa. Quanto aos colaboradores da Câmara que foram para a BTL, informou que foram dois colaboradores, o Nuno Amaral e o Paulo Bito. Se esteve mais alguém presente, foi a título pessoal.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação do Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau para a Divisão Administrativa e Financeira – Designação do Júri de Recrutamento.

O Senhor Presidente referiu que este cargo de Direção Intermédia de segundo grau está ocupado, e ter-se-á de abrir a vaga para o lugar ser definitivamente preenchido.

O Senhor Presidente da Assembleia aceitou inscrições passando a palavra à Senhora Marcolina Sequeira que iniciou a sua intervenção, considerando que a redação do ponto, no seu entender, não é a mais correta, porque não se vai discutir o procedimento Concursal, mas sim o júri do concurso.

O Senhor Presidente da Assembleia aceitou o reparo dizendo que, apesar de estar aceite pelo Executivo, a Assembleia tinha a possibilidade de analisar, discutir e votar, podendo não concordar com o júri. Contudo, pode existir uma falha na linguagem.

A Senhora Marcolina Sequeira disse não estar a pôr o conteúdo em causa, achando que a redação continua errada, porque vão analisar o júri de recrutamento, não o procedimento Concursal.

A Senhora Lourdes Marinho pede esclarecimento relativo a este ponto. Estavam dois lugares a prover. Se para este lugar o procedimento era este, para os outros dois que estavam no mapa de pessoal, pergunta se houve algum júri. Entende que, por uma questão de rigor o Doutor Paulo Tolda deveria assinar as certidões como Chefe de Secção substituto e não como Chefe de Secção.

O Senhor Presidente da Câmara respondendo à Senhora Lourdes Marinho disse que os dois lugares a que se estava a referir já não podem ser referidos, porque o Eng.º Luís tinha cessado funções com o Município, não foi aberto mais nenhum concurso. O procedimento Concursal já tinha sido aprovado em Assembleia, agora ia ser a aprovação do júri se a Assembleia achasse que este júri não seria o correto, ter-se-ia de eleger outro júri.

O Senhor Presidente da Assembleia olhou para a redação do ponto na certidão da ata dizendo estar igual à redação da convocatória. A Assembleia tem o direito de analisar, discutir e votar.

A Senhora Lourdes Marinho questionou se o júri estando formado, já haveria candidatos para o lugar, podendo haver mais que um.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à Senhora Lourdes Marinho que antes de abrir o concurso ter-se-ia de criar condições, têm de ter o júri de recrutamento aprovado, depois de abrirem o concurso pode concorrer mais que uma pessoa.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Silva Fernandes.

O Senhor Silva Fernandes disse não fazer sentido haver um júri nomeado, aprovado pelo Executivo e já terem falado com as pessoas. Se a Assembleia recusasse o júri, não fazia sentido dizerem às pessoas que não.

A Senhora Marcolina Sequeira insistiu que, na sua opinião a redação devia ser feita da seguinte forma "aprovação do júri de recrutamento para Procedimento Concursal".

O Senhor Presidente da Assembleia depois de ouvir a sugestão da Senhora Marcolina Sequeira perguntou se alguém se opunha à redação do ponto. Votaram contra a redação do ponto, a Senhora Marcolina Sequeira e Lourdes Marinho. O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. Aprovado por maioria, com as abstenções da Senhora Anabela Lopes e dos Senhores Norberto Vieira e Vítor Monteiro.

O Senhor Norberto Vieira em declaração de voto afirmou que apesar dos seus poucos estudos, primeiro estudou e só depois obteve o diploma.

O Senhor Presidente da Assembleia assegurou que aceitava as pessoas tendo elas a quarta classe ou pessoas que tenham estudado em Harvard, havendo diferenças em termos de qualidade de educação.

PONTO 3 - Análise, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2015 / Apreciação do parecer do Auditor Externo referente ao Exercício do Ano de 2015, conforme mencionado na alínea e), n.º 2 do art.º 77º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Senhor Presidente da Câmara disse que dado tratar-se de um documento de ordem técnica, pediu ao Doutor Paulo Tolda que o apresentasse convenientemente.

O Doutor Paulo Tolda realçou e destacou o trabalho da equipa técnica, em relação a documentos anteriores. Neste houve o cuidado de fazer um histórico dos anos anteriores, mudou-se completamente o formato, esperando que seja para melhor. Explicou que este documento é basicamente a tradução em termos financeiros do Município, todos os indicadores em relação a dois mil e catorze acabaram por melhorar, nomeadamente a execução orçamental. Foi mantido o equilíbrio corrente positivo sendo uma das regras orçamentais. No endividamento houve um crescimento das dívidas a terceiros, na sua opinião devido à dívida às Águas de Trás-os-Montes. O processo continua em Tribunal e o Município não reconhece a dívida, nomeadamente pelos consumos mínimos e dos valores que foram alterados. Este ano são obrigados a negociar o Orçamento de Estado. Em termos de indicadores económico-financeiros foram todos validados, o Revisor deu o parecer dele, a única reserva que coloca é o que todos os Municípios colocam, ninguém consegue garantir que os bens dos Municípios estejam todos registados. Nas GOP's teve o cuidado de colocar gráficos com linhas de tendência para perceberem a evolução ao longo do tempo, existindo uma preferência pela parte social, em termos de execução. A receita de capital diminuiu, havendo alterações no FEF, Fundo de Equilíbrio Financeiro. O Estado definiu uma nova lei, o FEF teria uma componente mais corrente de capital e devido às transições do quadro comunitário não permite aos Municípios candidatarem-se a processos de investimento. Pela primeira vez o Município criou provisões, uma rubrica que entra nos custos numa ótica de cautela e o Revisor fez menção que temos uma dívida de clientes de água essencialmente elevada, o que aconteceu, fruto de uma revisão tarifária. A ERSAR, Entidade Reguladora dos Serviços e Resíduos, pressiona para os preços serem aumentados, houve uma dívida que aumentou e o Município, em termos de cautela, já identificou isso como um proveito reconhecendo um custo para a possibilidade de as pessoas virem a não pagar e o Município não conseguir cobrar essa receita. Finalizou a sua intervenção e colocou-se à disposição para dúvidas que possam surgir.

O Senhor Presidente da Assembleia aceitou inscrições para este ponto, dando a palavra à Senhora Lourdes Marinho.

Começou por dizer que fez algumas anotações, mas para não ser maçadora as vai entregar ao Dr. Paulo Tolda para correção do documento. Notou a existência de processos judiciais em curso, conhece o das Águas e quer ser informada, se existirem mais alguns. Referiu a página setenta e sete no Plano Plurianual, onde

nota que a realização de pagamentos está sempre em branco ficando, assim, sem saber os objetivos. Comparou os objetivos com o Plano de Atividades que foi aprovado, verificou que trinta e três objetivos não são relevantes e na fase de execução estão a cinquenta por cento, verificando que já arrancaram há um ano, como a Loja de Turismo e o Plano Diretor Municipal, a instalação de *Wireless*, a conservação e a reabilitação do Centro Histórico, em Trevões. Gostava de saber o que estava definido e se foi tudo gasto. Referiu não querer "ser má" para o Executivo, nem para ninguém, fez estas anotações para ajudar na correção do documento. Na página duzentos e dezassete, apesar de terem poupado em algumas situações, acha o saldo negativo muito alto. Ficou um bocadinho escandalizada na dotação dos bombeiros de Ervedosa, sendo a sua freguesia. Sabe que os bombeiros foram ajudados em quatrocentos e cinquenta mil euros, recebendo só cinco mil cento e oitenta mil euros, não entende como os podem penalizar assim tanto comparando-os aos bombeiros de São João da Pesqueira que recebem sessenta e três mil, novecentos e dezoito mil euros. Questionou o porquê da discrepância dos valores. Quanto a uma equação que encontrou na página 151 $(4)=(2)+(3)$, não a entende, no seu tempo essa soma dava 5 e não 4. O Doutor Paulo Tolda explicou que as páginas em branco não são lapso nenhum, são as páginas onde o Executivo assina o documento. Quanto ao PPI é uma questão transversal. É importante colocar lá a fase mas, nas atividades de um ano, não importa a fase só quando existem atividades ou projetos que se prolongam por mais de um ano, é que é importante que a fase exista. Deu o exemplo da Vindouro, uma atividade de um ano que, repetindo-se todos os anos tem uma única fase de execução. Referiu que o PAM também é de um ano, pelo que nunca é relevante. A equação que referira, disse não ser uma equação querendo dizer que o campo 4 é igual ao campo dois com o três.

O Senhor Vítor Monteiro disse não se pronunciar sobre o aspeto técnico. Achou estar tudo bem baseando-se nas palavras do Auditor Externo quando diz "cumpre as normas estabelecidas", no entanto notou que a despesa e a receita corrente aumentaram obtendo um saldo negativo de um milhão duzentos e vinte e quatro mil euros. Verificou também, que a principal prioridade eram as funções sociais, mas depois viu que era em relação ao Museu e seu apetrechamento. Não estava à espera de serem essas as questões sociais. A redução dos custos de pessoal seria um dado bom, mas acha que se deve à diferença de salários entre os funcionários que se aposentaram e aqueles que estão a exercer funções no Município, concluindo que os valores vão disparar a curto e médio prazo e a situação ficará má.

O Senhor Silva Fernandes felicitou pela melhoria do documento e a melhoria de informação, embora não conseguisse ler tudo. Em relação ao documento do Auditor Externo lamenta a forma como o apresenta, dizendo muito pouco. "Quando um Auditor Externo faz um relatório em relação a um semestre de dezassete páginas e se vê forçado a fazer um relatório do ano todo em quatro páginas, onde tenta dizer tudo e, não diz nada à Assembleia, não pode aceitar que este Auditor mereça a confiança que tem tido até aqui. O auditor tem que responder perante a Assembleia, fazendo o relatório em condições. Prosseguiu centrando-se em coisas objetivas de carácter político. Constatou que a dívida do Município está em sete milhões quinhentos e quarenta e três mil euros, em dois mil e treze estava em cinco milhões novecentos e em dois mil e catorze em seis milhões e novecentos. Questionou para onde o Município caminhará depois de um resultado negativo em dois mil e quinze e onde se aplicaram os gastos para haver dívida, já que, há mais dívidas a terceiros e fornecedores e sendo eles a maior parte do concelho, assim, não haverá desenvolvimento local. O Auditor Externo

esquecera-se de referir qual o prazo médio de pagamentos, pelo que, volta a afirmar que foi tudo feito à pressa. A reunião de Câmara foi dia vinte e um de abril, sabe-se que no mês de abril se procede à análise das contas. A Câmara tem reunião dia vinte e um de abril, o Auditor faz o relatório dia vinte e dois para ser discutido em reunião de Assembleia dia vinte e nove. A Assembleia deveria colocar em causa o cumprimento de prazos, pois sendo vinte e três e vinte e quatro fim-de-semanas, vinte cinco feriado e vinte seis reunião da CIMDouro, foi muito limitado o tempo de análise. Foi muito limitado o tempo. Alertou para a dívida, que alguém pagará, se não for ele os filhos ou netos terão de a pagar. Questionou o porquê de não ter recebido a declaração de voto dos Senhores Vereadores da oposição.

O Senhor Paulo Bitó suscitou uma preocupação sobre a questão da dívida. No mês de setembro de dois mil e quinze num total de dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos, notou que a dívida às Águas é uma quota-parte fazendo um total de dois milhões cento e cinco mil, trezentos e noventa e quatro euros e setenta e oito cêntimos. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação e se a decisão estará para breve, porque ao assumir-se a dívida vai incorrer um grande encargo financeiro para a Câmara Municipal e em termos de escolhas políticas e investimentos vai reprimir o bem-estar das nossas populações.

Ao Senhor Vitor Tomé preocupa-o a crescente dívida. Aceitaria a dívida, se existissem resultados à vista, investimento e prosperidade. Ultimamente isso não se tem notado, para si, esse acréscimo de dívida deve-se ao sustento "da máquina montada" e nesse sentido caminhar-se-á para um buraco sem fundo. Fez a comparação do relatório de contas com os anteriores, verificando que houve cuidado na apresentação, estando bastante explícito. Deve haver transparência para que haja confiança de parte a parte.

O Senhor José Manuel no uso da palavra disse que já muitos Membros falaram na dívida às Águas. Mas quis fazer um reparo, alertando o Município para a reparação das bocas-de-incêndio, pois a água desperdiçada também se paga. Na sua freguesia existiu uma fuga de água numa boca-de-incêndio e, mesmo as que estão obsoletas estão a pingar água constantemente.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à Senhora Lourdes Marinho que os bombeiros de Ervedosa têm tido a ajuda da Câmara. É de opinião que não se deve dar, mas sim ajudar. Na altura foi protocolado que a Câmara fazia o pagamento da dívida, e eles não teriam os subsídios normais. Quanto à aquisição de viaturas a Câmara tem participado, sendo o apoio igual aos bombeiros da Pesqueira, mas estes, não tendo dívidas, recebem mais dinheiro. Quanto aos processos em Tribunal existe o das Águas, alguns de obras e outro o STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, que tem a ver com o horário laboral e há alguns com pessoal, mas com pouca expressão.

Ao Senhor Vitor Monteiro diz que realmente os custos com pessoal diminuíram e é essa a pretensão do momento. Quanto ao investimento cada um tem a sua opinião e a opinião do Município é que este, está bem. Respondeu ao Senhor Silva Fernandes dizendo-lhe que os prazos estão a ser cumpridos. A dívida a terceiros já teria sido explicada pelo Dr. Paulo Tolda, tendo a ver com a dívida às Águas de Trás-os-Montes e outras despesas que até trinta e um de dezembro não foram pagas, mas à data já foram saldadas. Houve um compromisso em 2011 com a Ministra, o Município teria de regularizar até 31 de dezembro desse ano, estamos a cumprir. A ERSAR obriga-nos a que o valor por m³ da água tenha um preço de tal forma que pague a própria água gasta. O Município tem cumprido as regras, não

é como se pensa, que fazem o que querem. Acredita na resolução deste problema.

O Senhor Silva Fernandes disse ter-se limitado a citar números que estão no relatório do Auditor Externo. Na sua opinião o Património do Município também tem que ser considerado e constar do documento e isto, já o afirmou há muito tempo, numa reunião de Assembleia. Para ele não vale a pena andarem a discutir a dívida às Águas, que está a subir é uma realidade. Convidou o Senhor Presidente a comparecer no jantar com o Doutor Marques Fernandes, Ministro do Ambiente, pois a opinião deste não é a mesma do Município.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a questão do Património não era aquela que o Senhor Silva Fernandes pensara, mas sim, o Património das freguesias que não estão identificados mas que, tem de ser valorizados.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu explicação ao Senhor Presidente da Câmara relativamente à declaração de voto deste ponto em reunião de Câmara dos Senhores Vereadores da oposição.

O Senhor Presidente da Câmara pediu ao Dr. Paulo Tolda para dar essa resposta.

O Dr. Paulo Tolda explicou que, quando fez a certidão para enviar à Assembleia, fez essa mesma pergunta a si próprio, mas como o assunto não foi a reunião de Câmara, estando em minuta para a próxima reunião, achou não ser correto colocar a declaração de voto sem validação dos Senhores Vereadores, para mandar à Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia mandou fotocopiar a declaração de voto dos Senhores Vereadores da oposição para ser distribuída por todos os presentes.

A Senhora Lourdes Marinho fez confusão ao ter-se unido dois assuntos distintos, num só documento.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu dizendo que o relatório do ROC era para apreciação e o relatório de Contas para votação não existindo votações duplas.

A Senhora Lourdes Marinho referiu que o Senhor Presidente da Câmara não lhe respondera à questão dos bombeiros de Ervedosa.

O Senhor Presidente de Câmara esclareceu que está um valor no acordo e que as transferências normais foram suspensas pelo Município até a dívida dos bombeiros de Ervedosa estar paga. O resto do valor são os cinco mil cento e oitenta euros, conforme as atividades.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. Este fora aprovado por maioria com as abstenções das Senhoras Maria Helena, Marcolina Sequeira, Lourdes Marinho e Anabela Lopes e dos Senhores Eduardo Coelho, Silva Fernandes e Vítor Monteiro.

A Senhora Lourdes Marinho leu a sua declaração de voto.

“ Sobre o Relatório do Auditor Externo encontro-o muito pobre de substância, limitando-se aos preceitos legais, que são iguais para todos e sempre com opiniões numa base de amostragem. Enquanto a Câmara não atingir o máximo de endividamento, está tudo bem para eles não há sugestões a lei foi cumprida onde está a responsabilidade do ROC de dar uma opinião profissional e independente? Os valores monetários são os descritos no Relatório de Gestão a opinião que devem dar remetem-na para o parágrafo 7 que está na página se quiserem ver 267 e aí o que é que eles dizem? Deitam a culpa para cima de quem? Para a Câmara. Dizem assim a culpa não é deles mas da Câmara que ainda não cumpriu o parágrafo 7 o resto da conversa descrita advém da lei por isso eu não considero este documento do ROC um documento independente e sério.

A declaração de voto da Senhora Marcolina Sequeira prendeu-se com o fato de o documento ser muito complexo e lhe ser enviado tardiamente, não o analisando convenientemente.

O Senhor Vítor Monteiro referiu que a sua abstenção, se deve ao fato de ter votado também com abstenção a aprovação do documento das Grandes Opções do Plano e Investimento.

O Senhor Eduardo Coelho na sua declaração de voto disse que "a minha abstenção é devida a clubes receberem mais que Juntas de Freguesia".

O Senhor Silva Fernandes fez a declaração de voto que se passa a transcrever:

1 - a aprovação dos documentos de prestação de contas exercício de 2015 teve lugar na reunião do Executivo no dia 21 de abril de 2016;

2 - Dessa deliberação aprovada em minuta foi emitida a respetiva certidão no dia 22 de abril;

3 - O relatório do Auditor Externo tem igualmente a data de 22 de abril;

4 - Nesse mesmo dia 22 de abril sexta-feira pelas 14h foi-nos entregue pessoalmente no Porto a documentação referentes aos pontos 3 e 4 da convocatória.

Independentemente destes fatos e da leitura, os mesmos permitem constatar:

1 - o Exercício de 2015 apresenta um saldo negativo de 1.224.117€;

2 - a dívida total que era em 2013 de 5.930.164€, passou em 2014 para 6.926.708€, sendo em 2015 do montante de 7.543.811€.

Porque esta trajetória, que há muito vimos denunciando, é errada e não serve os reais interesses do Município nem do País, é nosso dever, em nome dos Municípios de S. J. da Pesqueira, sobretudo dos mais jovens, mesmo daqueles que ainda não têm direito a voto, deixar expressa a nossa posição. Não podemos, nem devemos votar favoravelmente um documento, que consubstancia uma política contrária aos interesses de todos, especialmente dos mais jovens, porque a eles competirá pagar a dívida que, de ano para ano, se vem acumulando.

O nosso voto será de abstenção, por coerência e respeito por nós próprios e por aqueles que representamos.

”

Alberto Júlio da Silva Fernandes

O Senhor Presidente da Assembleia, terminadas as intervenções, colocou a aprovação, em minuta, dos pontos 2 e 3 que foram aprovados por maioria com a abstenção do Senhor Norberto Vieira.

ENCERRAMENTO:

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezanove horas, agradecendo a presença de todos e desejando um bom resto de dia. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.





Anexos à ata n.º2/2016

Anexo n.º1 – “Homologação da Conta Relativa ao Exercício de 2013 - Recomendações”;

Anexo n.º2 – “6ª Sessão da Assembleia Intermunicipal”;

Anexo n.º3 – “Reunião Extraordinária de Trabalho do Conselho Municipal de Educação e Entidades Convidadas – Relatório Síntese a enviar à Assembleia Municipal”.



Tribunal de Contas

Direção - Geral

Av. Barbosa du Bocage, 61
1069-045 LISBOA

E-mail: geral@tcontas.pt
URL: <http://www.tcontas.pt>

Tel.: 21 794 51 00

Fax: 21 793 60 33

Linha Azul 21 793 60 08/9

C/ Aviso de receção

Exmo. Senhor,

Presidente da Assembleia Municipal de São João da
Pesqueira

Av. Marquês de Soveral

5130 – 321 SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Vossa referência

TRIBUNAL DE CONTAS

5688/2016
2016/2/26



Nossa referência

Proc.º Nº 4817/2013

Ofício n.º 2803 de 01/02/2016

DVIC.2

Assunto: HOMOLOGAÇÃO DA CONTA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2013 - RECOMENDAÇÕES

Encarrega-me o Exmo. Senhor Juiz Conselheiro Relator de informar V. Ex.ª que a Conta dessa autarquia, referente à gerência de 2013, foi objeto de homologação pela 2ª Secção do Tribunal de Contas em Subsecção, com as seguintes recomendações, que nesta mesma data foram transmitidas ao executivo municipal:

Adotar maior rigor na elaboração dos orçamentos autárquicos tendo em consideração o disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, mais concretamente o que sobre a matéria dispõe o art.º 5, relativamente à estabilidade orçamental, bem como o respeito pelas regras orçamentais previstas nos art.ºs 40.º a 46.º da mesma lei, a fim de que os orçamentos sejam alicerçados em previsões sinceras e fiáveis, de modo a que na sua execução seja dado cumprimento ao estatuído na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, evitando a assunção de compromissos financeiros sem garantia efetiva de financiamento.

Para o efeito deve o município proceder ao registo sequencial dos compromissos e certificar-se de que dispõe, no momento de assunção do compromisso com entidades exteriores à autarquia, de fundos e de receitas suficientes para assegurar o cumprimento tempestivo das obrigações pecuniárias emergentes de contratos de qualquer natureza, celebrados sob qualquer forma e condição, com ou sem dispensa de celebração de contrato escrito, e ou mediante apenas emissão de requisição, dentro dos prazos contratualmente previstos; e, ainda, que na situação de encargos vencidos em 31 de dezembro de cada ano, com mais de 6 meses, devem ser apresentados à Assembleia Municipal, nos termos da referida Lei e do art.º 49, n.ºs 6 e 7, alínea c), da Lei n.º 73/2013, já citada, não podendo qualquer reescalonamento de encargos ir para além do fim do mandato autárquico.

As entidades devem ter em atenção os mecanismos de alerta precoce de desvios estipulados no art.º 56, n.º 3, da Lei n.º 73/2013, quanto às medidas a tomar nos casos em que se verifiquem,



Tribunal de Contas

Direção-Geral

em dois anos consecutivos, taxas de execução da receita previstas nos orçamentos respetivos inferiores a 85%.

Chama-se a atenção de que a não observância das Leis n.ºs 8/2012 e 73/2013 constitui infração financeira, nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas;

- ↙ Alterar a contabilização das despesas efetuadas com as regularizações do IVA a Pagar ao Estado, para a rubrica orçamental 06.02.03.02 - Outras Despesas Correntes/Diversas/Outras/IVA Pago, de acordo com o Classificador Económico das Autarquias Locais, disponibilizado pela DGAL e adaptado do Classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro;
- ↙ Cumprir com as disposições legais das sucessivas Leis de Orçamento do Estado, que estipulam limites à execução das Finanças Locais;
- ↙ Concluir os processos de implementação da Contabilidade de Custos e de avaliação e contabilização das Provisões, conforme estipulam os pontos 2.8.3 e 2.7.1 do POCAL respetivamente;

Nesta oportunidade, solicita-se a V. Ex.ª que diligencie no sentido de que as referidas recomendações sejam transmitidas a todos os grupos políticos com representação na Assembleia Municipal.

Com os melhores cumprimentos,

Pe'l'O Diretor-Geral (por delegação de assinatura)
A Auditora-Coordenadora

(Maria da Luz Faria)

HV

Asssembleia Municipal
de S. João da Poequeira
ENTRADA
Em 29/02/2016
Lº 02 Nº 802 Pº F-421



6ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

DATA : 26 DE ABRIL

HORA : 14,30 HORAS

LOCAL : FREIXO DE ESPADA A CINTA

PRESENTES : 26 MEMBROS

ORDEM DE TRABALHOS :

- 1- DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ACTAS
- 2- INFORMAÇÃO DO CONSELHO INTERMUNICIPAL
- 3- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE A 2015
- 4- ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO PARA 2016

NO INICIO DA REUNIÃO A SENHORA DRA. MARIA DO CEU QUINTAS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SAUDOU TODOS OS PRESENTES, FORMULANDO VOTOS DE UM BOM TRABALHO. A RECEPÇÃO QUE PROPORCIONOU AOS MEMBROS DA A. I. DA CIMDOURO FOI POR TODOS CONSIDERADA DE EXCELENTE, TERMINANDO COM UM REQUINTADO LANCHE COM PRODUTOS DA REGIÃO DE ELEVADA QUALIDADE.

ORDEM DE TRABALHOS

1 - APROVAÇÃO, POR MAIORIA, A ACTA APRESENTADA

2 - O SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL COMEÇOU POR REFERIR QUE DURANTE O ANO DE 2015 A UNIVERSALIDADE DOS BENS DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE VILA REAL FORAM INTEGRADOS NA CIMDOURO, INCLUINDO O EDIFÍCIO, QUE, EMBORA PRECISE DE OBRAS, PASSOU A SER A SEDE DA CIMDOURO.
PROSSEGUIU, COM UMA PROLONGADA E PORMENORIZADA EXPOSIÇÃO DE QUE DESTACAMOS :

2.1- APÓS O TERMINUS DO QREN, A SITUAÇÃO É DE " BANHO MARIA "

2.2- QUANTO AO PROGRAMA 2020 NÃO HÁ DECISÕES

2.3- ECOVIA DESDE A FOZ DO CORGO ATÉ LAMEGO

A HIPÓTESE DO TÂMEGA PASSARÁ POR UM PROGRAMA INTERREG COM A GALIZA

2.4- TERMINADO O PLANO DE MOBILIDADE

PARA DECISÃO: OS MUNICIPIOS DEVEM DIZER SE PRETENDEM ASSUMIR DIRECTAMENTE A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA OU SE ENTENDEM QUE DEVE SER A CIMDOURO.

NESTE ULTIMO CASO, SE HOVER DÉFICE ELE SERÁ DA RESPONSABILIDADE DO MUNICIPIO

2.5- ESTÃO ENCERRADAS AS CANDIDATURAS DO QREN

2.6- EMPRESARIALIZAÇÃO DA ÁGUA

O GOVERNO DECIDIU, PARA ANALISAR O CASO DA CIMDOURO, CRIAR UMA ENTIDADE INDEPENDENTE, PRESIDIDA PELO ENG. POÇAS MARTINS,

2.7- TRIBUNAIS

O GOVERNO MANIFESTOU INTERESSE DA APROXIMAÇÃO DA JUSTIÇA AOS CIDADÃOS A QUE CORRESPONDEU A DISPONIBILIDADE DA CIMDOURO E DOS MUNICIPIOS



2.8 EDUCAÇÃO

VALOR SUBSTANCIAL PARA O INSUCESSO ESCOLAR 6,5 MILHÕES DE EUROS
ENSINO PROFISSIONAL : REFLEXÃO ENTRE AS ESCOLAS E AS EMPRESAS E
ALGUMAS COM INTERESSES NO TERRITORIO.

PROTOCOLO COM A UTAD

CURSOS NO DOURO : A DGES ULTRAPASSOU AS CIM E ESTABELECEU

PROTOCOLOS DIRECTAMENTE COM AS ESCOLAS

2.7- PROGRAMA AO CREDITO E INSUCESSO ESCOLAR : 60MILHÕES COM METAS
DEFINIDAS.

REFERU UM ESTUDO EM QUE O MESMO ALUNO NUMA ESCOLA TERIA 80%
DE SUCESSO E NOOUTRA ESCOLA APENAS 30 %

2.7- FINALMENTE, REFERIU A FINALIZAÇÃO DO SITE DA CIMDOURO, ONDE
PASSARA A ESTAR DISPONIVEL TODA A INFORMAÇÃO, ASSIM COMO AS
ACTAS E

REUNIÕES DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

3- DISCUSSÃO E VOTACÃO DAS CONTAS

EXPOSIÇÃO PORMENORIZADA PELO PRIMEIRO SECRETARIO DA CIMDOURO,
COMPLEMENTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL.
AS CONTAS FORAM APROVADAS POR UNANIMIDADE.

SALIENTEI, COM LOUVOR, A MELHORIA VERIFICADA NO DOMINIO DA
INFORMAÇÃO E O FACTO DE A CIMDOURO NÃO TER DIVIDAS.

O SALDO DO EXERCICIO FOI DE 33.825,72 € QUE ACRESCIDO DO SALFO DE 2014
DE 591.855,98 € TRANSITAM PARA 2016 NO TOTAL DE 625.681,70 €.

4- A ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO PARA 2016 FOI APROVADA POR UNANIMIDADE



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE TRABALHO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADES CONVIDADAS - RELATÓRIO SÍNTESE A ENVIAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pela elevada preocupação que os representantes do Conselho Municipal de Educação vêm manifestando com o consumo precoce de substâncias psicoativas incluindo o álcool nas camadas mais jovens deste concelho, devido às consequências desestruturantes daí advindas para o seu futuro, reuniram em sessão extraordinária, no dia vinte e sete de abril de 2016, convidando para um construtivo debate outras entidades com desempenho relevante na matéria.

Apresentam-se agora aos Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira as principais linhas de ação a seguir no imediato, para que possam também participar na construção de um projeto de combate ao consumo precoce de substâncias psicoativas incluindo o álcool no concelho de S. João da Pesqueira.

AO NÍVEL DA PREVENÇÃO DO CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E ÁLCOOL, DESTAQUE PARA:

- 1- Defesa de uma intervenção multidisciplinar;
 - 2- Ultrapassar todos os constrangimentos sentidos pela comunidade educativa, no sentido de implementar um programa de prevenção dos comportamentos aditivos e dependências tendo-se disponibilizado o Sr. Presidente do CME, através de apoio financeiro do Município, a promover todas as questões logísticas para que esse processo seja encetado, a partir de setembro de 2016 (início do próximo ano letivo), e o Programa seja implementado pelos professores com a colaboração da equipa de saúde escolar e a supervisão do CRI, tanto para a Esprodoiro como para o Agrupamento de Escolas que se comprometem a contemplar no seu plano de ação para o próximo ano letivo (2016/2017) a implementação dos programas e cuja formação e supervisão será da responsabilidade do CRI, concretizando assim os objetivos desta sessão.
- Da parte do CRI ficou o compromisso de negociar, com os serviços centrais, a melhor gestão dos tempos da formação de forma a tornar este projeto uma realidade em S. João da Pesqueira, assim como a supervisão bimensal do projeto;

- 3- Proposta de formalização de uma Parceria entre o CLDS 3G e o CRI de Vila Real, no sentido de intervenção de proximidade junto dos jovens que necessitem de acompanhamento especializado.
- 4- Pedido de um reforço na vigilância policial das escolas, concretizado através de um aumento dos Recursos Humanos da Guarda Nacional Republicana no concelho;
- 5- Proposta de alteração da Lei Penal, para que nela se preveja a aplicação imediata da medida de coação mais gravosa aos traficantes detidos em flagrante delito, como meio eficaz de prevenção especial mas principalmente de prevenção geral *(com a salvaguarda do Posto da Guarda de S. João da Pesqueira. Embora esta matéria se revista de conteúdo fora do seu alcance, comprometer-se-ão em levá-lo ao conhecimento das autoridades judiciais, no sentido de as sensibilizar para a insegurança e inquietação sentidas pela população deste Concelho, em relação a certos indivíduos que se dedicam ao consumo e tráfico de drogas).*
- 6- Apelar a todas as entidades do concelho, inclusive todos quantos fazem parte da Assembleia Municipal, a um maior compromisso na prevenção e combate destas problemáticas.

AO NÍVEL DO COMBATE AO CONSUMO INSTALADO, DESTAQUE PARA:

- 1- Maior investimento na atuação/punição;
- 2- Maior investimento na repressão;
- 3- Aplicação de penas mais duras a todos os envolvidos;
- 4- Envolvimento de toda a comunidade, prestando apoio à GNR, informando das situações que pareçam suspeitas;
- 5- Responsabilizar os proprietários dos estabelecimentos comerciais para o cumprimento imperioso da lei de venda de bebidas alcoólicas a menores;
- 6- Diligenciar no sentido da descentralização das consultas de diagnóstico e tratamentos desenvolvidos pelo CRI de Vila Real em Lamego para o concelho de S. João da Pesqueira;
- 7- Informar e consciencializar os pais através de ações de sensibilização relacionadas com estas temáticas, com o envolvimento de todas as entidades parceiras.